

Cultura e senso comum em Antonio Gramsci

Renan Meira Zapata Moreno

Resumo: Esboçam-se alguns paralelos entre o conceito de cultura no jovem Gramsci e o posterior desenvolvimento do conceito de senso comum nos *Cadernos do cárcere*, especialmente no início de sua elaboração, ou seja, no primeiro caderno. Identificou-se no problema da “consciência unitária” do artigo “Socialismo e cultura”, publicado em 1916, um tratamento dialético de política e cultura, que em seus desdobramentos, supõe-se, fará Gramsci repensar o lugar tradicional que o pensamento e a cultura popular têm na política, o que, por sua vez, significará a crescente teorização do conceito de senso comum.

Palavras-chave: Gramsci, senso comum, cultura

Abstract: Some parallels are drawn between the concept of culture in the young Gramsci and the later development of the concept of common sense at *Prison Notebooks*, especially at the beginning of its elaboration, i.e., at the first notebook. It's been identified at the problem of “unitary consciousness” inside the article “Socialism and culture”, published in 1916, a dialectical treatment of politics and culture, which, in its deployment, it's supposed so, will make Gramsci rethink the traditional place that popular thought and culture have in politics, which in turn will mean the growing theorizing of the concept of common sense.

Keywords: Gramsci, common sense, culture

A relevância do conceito de senso comum se deve àquilo que serviu como chave de interpretação política da filosofia, um modo de tratamento dialético da teoria e prática para examinar o pensamento popular. A gênese do conceito está na formulação do conceito de cultura do jovem Gramsci. Tal conceito envolve toda uma teoria cultural que quer intervir no debate, no qual Gramsci acabou derrotado, sobre educação comunista contra o fatalismo reinante no *Partito Socialista Italiano*, o PSI. De um dos lados estavam os socialistas revolucionários, liderados por Amadeo Bordiga; pensavam que diante da crise revolucionária bastaria a consciência adquirida diretamente na luta de classes. A experiência como proletário seria a única e necessária preparação para a formação da consciência do proletariado. Uma organização cultural seria vista por eles como perfumaria, supérflua. Havia ainda os socialistas reformistas, fatalistas de outro modo, acreditando na evolução gradual e natural em direção ao socialismo. A revolução independeria da própria ação e, assim, a organização cultural seria um excesso inútil. É desse debate que vem a acusação de elitismo erudito atribuída a Gramsci, de culturalista¹. A revolução, para o jovem Gramsci, pelo contrário, seria o ponto culminante de uma longa preparação cultural:

Na Itália, na França, na Alemanha, discutiam-se as mesmas coisas, as mesmas instituições, os mesmos princípios. Toda nova comédia de Voltaire, todo novo *pamphlet* era a centelha que passava pelos fios já tensos entre Estado e Estado, entre região e região, encontrando por toda a parte e ao mesmo tempo os mesmos defensores e os mesmos opositores. As baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam o caminho já preparado por um exército invisível de livros, de opúsculos, que vinham de Paris, como enxames desde a primeira metade do século XVIII e que haviam preparado homens e instituições para a necessária renovação. Mais tarde, quando os fatos da França solidificaram as consciências, bastou um movimento popular em Paris para suscitar outros similares em Milão, em Viena e nos centros menores. Aos simplistas, tudo isso parece natural e espontâneo; mas, ao contrário, seria incompreensível se não se conhecessem os fatores culturais que contribuíram para criar aquele estado de espírito pronto para as explosões em favor

1 Rapone, Leonardo, Capítulo 1 “Do aprendizado universitário aos conselhos de fábrica”, em *O jovem Gramsci: cinco anos que parecem séculos 1914-1919*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

de uma causa que se acreditava comum. O mesmo fenômeno repete-se hoje com o socialismo. É através da crítica à civilização capitalista que se forma ou se está formando a consciência unitária do proletariado: e crítica quer dizer cultura, e não evolução espontânea e natural.²

O ponto crucial dessa teoria é a de que toda revolução, toda grande mudança, necessita de uma “consciência unitária”, ou, como Gramsci a nomeará nos *Cadernos*, “vontade coletiva”, que prediz a transformação que se exige. A busca dessa consciência unitária será o verdadeiro propósito de toda luta cultural, isto é, “coesionar” as consciências individuais num mesmo “estado de espírito”. Esse é o papel da cultura na política, o da crítica política da cultura. O que significa, para o jovem Gramsci, que só a “penetração cultural” das interpretações insubmissas da história poderia transformar a inércia egoísta dos homens, absortos em seus problemas diários, para um reconhecimento de pertencimento a um problema comum. Pensando na história do marxismo, nesse ponto Gramsci é excepcional, ele garante à teoria da transição um denso corpo cultural (aqui teoria da cultura e teoria da revolução se confundem). A cultura é fundamental por sua capacidade explicativa dos fatos políticos, pelo que antecipa e origina de certos arranjos políticos ou limita no leque da ação humana. Resumindo, a luta cultural esclarece o fato político ao decompô-lo nas origens e consequências da formação das coletividades que agem.

Na passagem ao Gramsci dos *Cadernos do cárcere*, Gramsci elabora um plano de estudos pensado como um todo, com “homogeneidade: o espírito popular criador”³. Seu primeiro ponto do plano era uma pesquisa para desenvolver seu artigo “A questão meridional”, sobre os intelectuais italianos. Nesse artigo de 1926, ele delinea os contornos da hegemonia da burguesia nacional e das alianças que sustentam o bloco agrário, isto é, dos consensos que se formam através das relações entre intelectuais e a cultura com os blocos sociais. Já o segundo era “um estudo de linguística comparada”, sobre a história da relação da língua italiana com os dialetos. No terceiro, “um estudo sobre o teatro de Pirandello e sobre a transformação do gosto teatral italiano que Pirandello representou e contribuiu para produzir”, o problema histórico de como um padrão estético popular se altera, em amplitude nacional, pela influência de um intelectual organizador dessa mudança. E no último tópico, “um ensaio sobre os romances de

2 Gramsci, Antonio, “Socialismo e cultura” em *Escritos políticos*, org. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, pp. 59-60.

3 Gramsci, *Cartas do cárcere*, idem, pp. 128-129.

folhetim e o gosto popular na literatura”, sobre como as obras literárias se relacionam com o leitor popular e a representação que este faz dessas obras.

Esse caldo cultural é a da fixação folclórica, que no fim do século XIX e início do XX produziu diversas pesquisas sobre a cultura popular, assim como discursos grandiloquentes sobre a perfeição do modo de vida do povo. Na Itália houve a construção, a partir do idealismo italiano, de um discurso encantado pela sabedoria popular e que defendia a legitimidade da cultura e pensamento populares. O grande articulador desse discurso foi Benedetto Croce. Gramsci não fica satisfeito com esse programa “espírito popular criador”. Não há seguimento da expressão nos *Cadernos*. Apesar de abandonado o projeto, a reflexão teórica acerca dele não deixa de ser importante no entendimento sobre o desenvolvimento de seu pensamento. Nele se encontra uma reflexão histórica envolvendo uma solução muito particular do problema da unidade entre teoria e prática no campo da cultura e da política, que será crucial à crescente densidade que terá o problema da hegemonia. O estudo teórico aponta para um estudo duplo, intelectuais-teoria de um lado e prática político-cultural efetiva do outro. O horizonte da unidade entre teoria e prática é transposto à unidade entre obra, teatro ou romance, e público e recepção.

Há um modo de pesquisa, um horizonte de nexos essenciais, cujo objetivo seria examinar uma substância histórica que envolveria todas as obras a analisar, a prática da cultura popular, que Gramsci nomeia de “espírito popular criador”. Talvez o abandono da expressão se deva à unilateralidade em relação à instância criadora do popular, algum tipo de idealização da história dos estratos populares. Mas o importante é que a expressão indica certa visão, ou melhor, nos revela como que ele vai se aprofundando na crítica político-cultural, envolvendo a cultura popular, no seu aspecto ativo, de sujeito histórico. Os quatro temas são de história cultural, envolvendo uma ampla pesquisa sobre a vida popular, todos a partir de um problema de transformação cultural proveniente de uma relação com obras artísticas ou teóricas como nos pontos um, três e quatro, ou a pura teoria sobre a história das línguas italianas no ponto dois.

Entrando nos *Cadernos* propriamente ditos, Gramsci repensa as categorias do popular e de cultura popular. Essa investigação de cultura e política e de cultura e história vão se transformar na análise do senso comum, e sua conseqüente reformulação conceitual, até se transformar em um par dialético, o de senso comum e filosofia. Tendo obtido permissão para escrever no começo de 1929, Gramsci redige a primeira página do seu primeiro caderno em 8 de fevereiro. E ele o inaugura com uma atualização de seu plano de estudos, enumerando 16 temas, sendo que o 13º é o Senso Comum. Não há só esse desdobramento do primeiro programa, também surge o ponto do Folclore. No caderno 1, na nota 16, *Ignobile Pigiamia*: Gramsci usa senso comum popular, dando a ideia de existir outros sentidos comuns que

não o popular. As duas outras notas do primeiro caderno em que Gramsci se refere ao senso comum, as notas 43 e 65, pertencem a notas de rubrica “Revistas tipo”, de comentários sobre criação, classificação e difusão de revistas. Mais do que isso, é um estudo de temas variados relacionados ao debate público através de revistas. Busca-se compreender a relação histórica entre modos de pensar e as causas dessas mudanças, isto é, sobre a formação de homogeneidades político-culturais. Estabelecidos alguns elementos da formação dessas homogeneidades e de seus meios de difusão, Gramsci passa a tratar a questão meridional desde o *Risorgimento* até a sua época. Interessa especificar a raiz e o funcionamento da direção política e militar da Itália, calcada em hierarquias regionais. Para isso, elabora também uma definição de intelectuais e algumas clivagens regionais sobre tipos de intelectuais e seus movimentos culturais, como, por exemplo, o futurismo dos intelectuais do Norte. A nota é inteiramente atravessada por nosso tema, o do senso comum. Inicialmente, a preocupação “com a “média dos leitores” e a contraposição aos “erros mais difundidos” nos indicam uma reflexão em direção a uma escrita que se aproxime do senso comum:

Na realidade, todo movimento político cria uma linguagem própria, isto é, participa do desenvolvimento geral de uma língua, introduzindo termos novos, enriquecendo de novos conteúdos termos já em uso, criando metáforas, servindo-se de nomes históricos para facilitar a compreensão e o juízo sobre determinadas situações políticas atuais etc., etc. Os tratamentos [monografias de um dicionário enciclopédico publicado nas revistas em questão] devem ser verdadeiramente práticos, isto é, devem religar-se a necessidades realmente experimentadas e serem, pela forma da exposição, adequadas à média dos leitores. Possivelmente, os compiladores devem ser informados dos erros mais difundidos remontando às fontes próprias dos erros, isto é, às publicações de pacotilha [paccotiglia] científica tipo “Biblioteca popular Sonzogno” ou dicionários (Melzi, Premoli, etc.) ou enciclopédias mais difundidas.⁴

Cruzamento entre política e linguística: cada passo da política tornado movimento, isto é, compartilhado, precisa de uma linguagem própria para se efetivar. Como se todo ato político se

⁴ Gramsci, *Quaderni*, idem, pp. 31-32 (tradução nossa).

estruturasse através de novas leituras e interpretações da linguagem comum, estabelecendo novas conexões entre termos e conceitos, utilizando termos usuais em sentido novo ou até criando expressões que traduzissem mais precisamente o espírito do movimento. De fato, toda leitura, seja de fenômenos ou de textos, possui uma conexão muito íntima com seu tempo em detrimento de um mundo já velho, de termos e situações históricas julgadas. E, por isso, qualquer leitura em si já renovaria o mundo e sua linguagem, porém a especificidade do aspecto elaborado por Gramsci é a de que os movimentos políticos têm um papel vital nesse processo de “desenvolvimento geral de uma língua”.

Essa relação de inovação linguística é a do conflito cultural. Esse conflito permanente entre a linguagem comum e as novas linguagens torna mais concreto o meio cultural em que se dá a luta política, já que as novas linguagens devem responder à prática, a uma demanda real, para que assim possam difundir seu novo modo de pensar. E se se quer difundi-lo, deve também se adequar aos leitores comuns. Portanto, a renovação de uma linguagem, alcançado pelo ato político, deve pressupor uma estreita ligação com o senso comum. Essa adequação ao senso comum, que conduziria, ao fim, à sua efetiva transformação, se baseia então em três elementos: conectar-se com as necessidades reais da população, como se as tomasse como fonte de problemas, a ênfase prática da teoria; a atenção à média dos leitores, isto é, o coeficiente mínimo do público em questão, levando, por isso, a um modelo de discurso que leve em conta a maioria dos leitores; e a dedicação em corrigir o modo de pensar dessa maioria, desfazendo os erros mais comuns. A procura desses erros mais difundidos exige um trabalho complexo de investigação, desde um “exame crítico-bibliográfico” até a revisão da literatura popular:

Um exame crítico-bibliográfico da produção literária dos autores fundamentais para a teoria geral. Um exame similar para os autores italianos, ou para as traduções italianas de autores estrangeiros; esse exame deve ser muito minucioso e particularizado, porque é preciso ter presente que somente através desse trabalho e dessa elaboração se pode alcançar a fonte autêntica de toda uma série de concepções errôneas que circulam incontroladas.⁵

Mas como saber quais são os erros enraizados ou mais geralmente difundidos? Evidentemente é impossível uma “estatística” dos modos de pensar e das opiniões individuais singulares, que daria um quadro orgânico e sistemático: não resta senão

5 Gramsci, *Quaderni*, idem, p. 33 (tradução nossa).

a revisão da literatura mais difundida e mais popular combinada com o estudo e a crítica das correntes ideológicas precedentes, cada uma das quais “pode” ter deixado um sedimento, variamente combinados com aquelas precedentes e subsequentes.⁶

A relação entre ideologia e pensamento popular, que se desenvolverá em direção à formação do par dialético senso comum-filosofia, se torna o complemento no estudo da literatura popular. O passo decisivo para isso é o modo de difusão, que envolve por sua vez a ideia de “sedimento” e a operação de combinação. Não há qualquer totalização do pensamento dos estratos populares, sempre devendo coexistir muitos modos de pensar mesmo que contrastantes. Isso ocorre pela maneira bem específica em que os modos de pensar se alteram na história:

(...) as mudanças nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não acontecem por “explosões” rápidas e generalizadas, acontecem no mais por “combinações sucessivas” segundo “fórmulas” disparatadíssimas. A ilusão “explosiva” nasce da ausência de espírito crítico. Como não se passou nos métodos de tração, da diligência à tração animal, aos modernos expressos elétricos, mas se passou através de uma série de “combinações intermediárias” que em parte ainda subsistem (como a tração animal sobre trilhos etc., etc.) e como acontece que o material ferroviário envelhecido nos Estados Unidos é ainda utilizado por muitos anos na China e representa para eles um progresso técnico – assim como na esfera da cultura os diversos estratos ideológicos se combinam de forma variada e aquilo que se tornou “sucata” na cidade é ainda “utensílio” na província. Na esfera da cultura, aliás, as “explosões” são ainda menos frequentes e menos intensas que na esfera da técnica. Confunde-se a explosão “de paixão” política acumulada em um período de transformação técnica à qual não correspondem novas formas adequadas de organização jurídica com as substituições de novas formas de cultura em relação às velhas.⁷

6 Gramsci, *Quaderni*, idem, p. 34 (tradução nossa).

7 Gramsci, *Quaderni*, idem, p. 34 (tradução nossa).

O fato de se combinarem elementos opostos entre si parece ser derivado mais da solidez secular dos modos de pensar, que funcionariam como fatos de cultura, do que de uma superficialidade ou irracionalidade inerente aos modos de pensar. Logo, o tópico fundamental para Gramsci, assim como para toda luta política que quer alterar a organização jurídica vigente, é o das novas formas de cultura, dos novos modos de pensar. Segue-se disso a questão teórico-prática das causas da formação das novas culturas, de como elas surgem e se propagam. Gramsci tenta elaborar uma resposta a esses problemas no trecho crucial da nota 43 e com isso critica a visão tradicional das mudanças nos modos de pensar, que remonta a uma estreiteza profissional na visão de mundo dos intelectuais:

A elaboração unitária de uma consciência coletiva demanda condições e iniciativas múltiplas. A difusão de um centro homogêneo de um modo de pensar e de operar homogêneo é a condição principal, mas não deve ser e não pode ser a única. Um erro muito difundido consiste em pensar que todo estrato social elabora a sua consciência e a sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é, os métodos dos intelectuais de profissão. Também o intelectual é um profissional que tem as suas “máquinas” especializadas e o seu “tirocínio”, que tem o seu sistema Taylor. É ilusório atribuir a todos essa capacidade “adquirida” e não inata. É ilusório pensar que uma “ideia clara” oportunamente difundida se insira nas diversas consciências com os mesmos efeitos “organizadores” de uma clareza difundida. É um erro “iluminista”. A capacidade do intelectual de profissão de combinar habilmente a indução e a dedução, de generalizar, de deduzir, de transportar de uma esfera a outra um critério de discriminação, adaptando-o às novas condições etc., é uma “especialidade”, não um dado do “senso comum”. Por isso não basta a premissa da “difusão orgânica de um centro homogêneo de um modo de pensar e de operar homogêneo”. O mesmo raio luminoso passa por prismas diversos e dá refração de luzes diversas: se se quer a mesma refração, é preciso toda uma série de retificações dos prismas singulares. A “repetição” paciente e sistemática é o princípio metódico fundamental. Mas a repetição não mecânica, material: a adaptação de cada princípio às diversas peculiaridades, o apresentá-lo e reapresentá-lo em todos os seus aspectos positivos e nas suas negações tradicionais, organizando sempre cada aspecto parcial na totalidade. Achar a real identidade sob a aparente diferenciação e contradição e achar a

substancial diversidade sob a aparente identidade, essa é a mais essencial qualidade do crítico das ideias e do historiador do desenvolvimento social. O trabalho educativo-formativo que um centro homogêneo de cultura desenvolve, a elaboração de uma consciência crítica que ele promove e favorece sobre uma determinada base histórica que contenha as premissas materiais a essa elaboração, não pode limitar-se à simples enunciação teórica de princípios “claros” de método; essa seria pura ação “iluminista”. O trabalho necessário é global e deve ser articulado e graduado: deve haver a dedução e a indução combinadas, a identificação e a distinção, a demonstração positiva e a destruição do velho. Mas não em abstrato, em concreto: sobre a base do real.⁸

Nesse ponto, aparece uma característica importante do conceito de senso comum, a de que ele opera por vias diferentes da dos intelectuais, que são especializados num determinado modo de pensar. O que significa que o senso comum se situa no polo oposto ao da especialização, próximo às características “inatas” do pensamento, aquelas que todos devem possuir. O senso comum, então, seria o mínimo comum do pensamento, ligado ao modo de pensar de milhões de pessoas. Mas, de fato, não está nesse elemento fundador do senso comum a principal preocupação de Gramsci. Esse estudo sobre as diferenças entre o modo de pensar do senso comum e o dos intelectuais fornece os recursos mais exatos para se repensar a questão de como um novo pensamento se difunde, de como alcançar a “elaboração unitária de uma consciência coletiva”. O padrão iluminista de tratar da formação de uma consciência coletiva merece destaque por duas razões, uma porque é o erro mais difundido e outra porque oferece grande perigo para a luta política. É uma ilusão que cobra um preço caríssimo, o preço do isolamento. O modo iluminista padrão de fazer política é restrito a certas camadas sociais, mais próximas talvez ao grupo dos intelectuais de profissão. Mas uma ação política que se quer historicamente eficaz, que então possua a consciência das condições históricas e materiais dessa ação, assentando-se sobre uma “base histórica que contenha as premissas materiais a essa elaboração”, e que assim possa romper com o limite da política iluminista e se propagar à consciência popular, deve ultrapassar a “simples enunciação teórica de princípios ‘claros’ de método” e responder às especificidades de todos os estratos sociais. O que requer, como Gramsci nos explica na comparação com a luz nos prismas diversos, um tratamento diferenciado,

⁸ Gramsci, *Quaderni*, idem, pp. 33-34 (tradução nossa).

um trabalho de retificações, isto é, adaptação, uma “repetição’ paciente e sistemática”, “mas repetição não mecânica, material”, a concreta e não abstrata “demonstração positiva e a destruição do velho”.

Essa peculiar formulação da política gramsciana está baseada num específico problema pedagógico, e, de fato, essa questão nunca está separada da teoria política de Gramsci, pensar a educação e formação será sempre essencial para aquela “elaboração unitária de uma consciência coletiva”. Todo processo de formação de uma consciência coletiva é permeado por uma relação pedagógica, pois, como diria o jovem Gramsci, toda organização requer uma vanguarda, líderes e intelectuais, que façam funcionar o movimento da melhor maneira possível. Essa verdadeira organização pedagógica tem que ser encabeçada pelo intelectual, pois ela exige seus atributos: “achar a real identidade sob a aparente diferenciação e contradição e achar a substancial diversidade sob a aparente identidade”. O que o crítico das ideias e o historiador do desenvolvimento social precisam é enxergar as nuances culturais em grupos sociais próximos e encontrar equivalências em estratos sociais opostos, tudo que para a consciência coletiva seja a mais extensa e profunda possível. Pois levando em conta o novo problema pedagógico, inaugurado pela diferença radical dos modos de pensar do senso comum, é que Gramsci funda sua política. A organização pedagógica feita pelo crítico das ideias seria, então, a base para a adequada política cultural da elaboração da consciência coletiva através da repetição material e sistemática. Na nota 65: erige a formação do par dialético senso comum-filosofia. Além disso, o senso comum também passa a se referenciar junto do conceito de bom senso e do de folclore:

Cada estrato social tem seu “senso comum”, que é, no fundo, a concepção da vida e a moral mais difusa. Cada corrente filosófica deixa uma sedimentação de “senso comum”: é esse o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo de rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se de noções científicas e opiniões filosóficas, adentradas no costume. O “senso comum” é o folclore da “filosofia” e está no meio entre o “folclore” verdadeiro e próprio (isto é, como é entendido) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O “senso comum” cria o futuro folclore, isto é, uma fase mais ou menos rígida de um certo tempo e lugar. (Ocorreria fixar bem esses conceitos, repensando-os a fundo).⁹

9 Idem, *Quaderni*, p. 76 (tradução nossa).

A tensão entre difusão e recepção se torna o eixo fundador da relação entre senso comum e filosofia pela ideia de sedimentação filosófica. O tornar-se fato histórico da filosofia é algo mensurado a partir do senso comum, sendo então que o fim da filosofia passa a se tornar senso comum. Essa tese possui uma série de implicações quanto à avaliação das filosofias, que quase em toda a história se contrapuseram ao senso comum, acentuando a distância dele. Porém, na visão de Gramsci, essa oposição funcionaria como um modo das filosofias introduzirem no senso comum novos “lugares comuns”, de renová-lo, e só nesse sentido poderiam ter conquistado alguma difusão. Outra implicação que nos parece de grandes proporções é que se a finalidade da filosofia é o senso comum, ela deve desde o início buscar os elos com o senso comum que lhe permitirão difundir-se com maior profundidade. A ideia de sedimentação filosófica na relação senso comum-filosofia se configurar como uma espécie de pressuposto de uma “efetividade histórica” nos leva a uma outra ideia, a de que existiriam demandas históricas, mais prementes e sensíveis ao senso comum, isto é, à concepção de vida mais difusa de um certo lugar e época, a serem resolvidas. E assim, uma resolução histórico-filosófica, a filosofia poderia ser partilhada pelo senso comum, disseminando-se mais amplamente.

O senso comum seria, então, uma espécie de fonte e filtro da filosofia, oferecendo o terreno adequado da intervenção filosófica ao mesmo tempo que filtraria essas tentativas fixando as mais compatíveis. A relação senso comum-filosofia se expressa numa constante troca de elementos e de possíveis conexões, assim como de interdições. E se também “o ‘senso comum’ cria o futuro folclore”, essa fixação das novas ideias de um tempo e lugar no senso comum iria consolidá-las também numa outra duração, mais longa, ligada aos costumes mais profundos, a do folclore.